A categoria caso nos pronomes pessoais de terceira pessoa: "estou estudando ela" em perspectiva sociolinguística

LORENA RODRIGUES*
Universidade Federal do Ceará/ CAPES-PDSE

ALINE BAZENGA
Universidade da Madeira

1. Introdução

Os estudos sobre a variedade madeirense, no quadro dos dialetos do português europeu (PE), são relativamente recentes, uma vez que apenas em Cintra (1971) tenha havido a inserção dos dialetos insulares no mapa da variação linguística da língua portuguesa. Porém, quatro décadas após esse estudo pioneiro, poucas são as pesquisas que fornecem dados acerca da variação sintática nas variedades insulares.

Carrilho e Pereira (2011) traçam uma distribuição geográfica de construções não-padrão o que permite estabelecer contrastes entre diferentes variedades geo-linguísticas do PE em geral. Conforme as autoras, destacam-se como construções produtivas na Madeira: a) construções impessoais com o verbo *ter* existencial, semelhante ao uso no Português Brasileiro (PB) *(Mas **tinha** muitos moinhos por aqui fora*. (CLH03); b) as perífrases de verbos aspectuais (como *estar, ficar* e *andar*) seguidas de gerúndio (*toda a gente **estava desejando** de chegar ao Natal, que era para comer massa e arroz e um bocadinho de carne* (PST)) e c) os possessivos pré-nominais não precedidos de artigos que, apesar de ocorrerem por todo o território português,

* Doutoranda em linguística pela Universidade Federal do Ceará e bolsista pelo PDSE-Capes, com período de estágio sanduíche na Universidade da Madeira.

são mais frequentes no dialeto madeirense, sobretudo quando os possessivos são seguidos de nomes de parentesco (*Ah,* ***meus filhos*** já vieram daí para cá. (CLC)).

Ainda sobre a variação sintática em diferentes variedades do PE[1], Vianna (2011) analisa a variação entre *nós* e *a gente* em posição de sujeito. Apesar de, tanto no continente quanto na ilha, a forma padrão ser a estratégia preferencial de uso dos portugueses, há diferenças estatísticas que apontam que, na área mais periférica de Lisboa e no Funchal, os falantes usam com maior frequência a forma inovadora. No que se refere à Ilha da Madeira, na amostra analisada pela a autora, os madeirenses usaram a variante inovadora *a gente* em 26% dos dados.

Bazenga (2011), Aveiro & Sousa (2014) e Nóbrega & Coelho (2014) investigaram a variação nos pronomes pessoais na função de objeto direto (OD) na variedade do português falado no Funchal. Em todos os estudos, os pesquisadores atestam o uso do pronome pleno *ele* e do pronome dativo *lhe* em variação com o clítico *o*. Essa variação é alvo de um estudo de percepção e avaliação de Andrade (2014). Para a autora, apesar de os falantes entrevistados reconhecerem as formas *ele* e *lhe*, ambas são estigmatizadas pela maioria da população.

Com base nessas pesquisas sobre a variação e mudança no sistema pronominal do português falado na Madeira, este trabalho tem como objetivo analisar a marcação do caso nos pronomes pessoais de terceira pessoa em perspectiva sociolinguística. Dessa forma, através de um questionário de perceção e avaliação das variantes linguísticas, buscamos descrever e analisar os fatores, linguísticos e extralinguísticos que atuam na escolha de uma das variantes.

2. O sistema de caso nos pronomes pessoais de Língua Portuguesa

Os pronomes pessoais são definidos, segundo a Gramática Tradicional (GT) por "designarem as duas pessoas do discurso e a não-pessoa (não-eu, não-tu), considerada, pela tradição, a 3.ª pessoa" (Bechara, 2004, p. 164). Sobre o uso desses pronomes, Bechara explica:

> As formas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, que funcionam como sujeito, se dizem *retas*. A cada um desses pronomes pessoais retos correspondem um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou tônica. Ao contrário das formas átonas, *as tônicas vêm sempre presas a uma preposição.*

Ainda segundo a tradição, os pronomes pessoais podem se sistematizados através do seguinte quadro:

[1] A pesquisadora fez uma comparação, ainda, com o uso dessas variantes no PB.

Caso Reto	Caso Oblíquo	
	Átonos	**Tônicos**
Eu	Me	Mim, comigo
Tu	Te	Ti, contigo
Ele (a)	O, a, lhe, se	Si, consigo, ele(a)
Nós	Nos	Conosco, nós
Vós	Vos	Convosco, vós
Eles (as)	Os, as, lhes, se	Si, consigo, ele(as)

Quadro 01: Distribuição dos pronomes pessoais no português padrão

No que se refere ao pronome acusativo de terceira pessoa, Rocha Lima (2005, p. 111) observa que "as formas *o, a, os, as* empregam-se em substituição a um substantivo que, sem vir precedido de preposição, completa o regime de um verbo". No que diz respeito ao pronome *lhe*, o autor diz que "as formas *lhe* e *lhes* representam substantivos regidos pelas preposições *a* ou *para*". E exemplifica:

(1) Vi o menino (ou – Vi-*o*).
(2) Não escrevi as cartas (ou – Não *as* escrevi).
(3) Dei o livro ao menino (ou – Dei-*lhe* o livro).

Porém, no Português do Brasil (PB), nas suas variedades faladas, vemos que a categoria de *caso* foi perdendo, ao longo da sua história, seu caráter distintivo e não apenas na língua não padrão, estando este domínio da gramática a passar por uma grande reestruturação. Assim, segundo Bagno (2013, p. 146), apesar de a GT só reconhecer o uso dos clíticos como retomada anafórica, na gramática do Português brasileiro, encontram-se situações como as seguintes:

(4) a. Procurei o gato pela rua toda, mas não **o** encontrei em lugar nenhum.
b. Procurei o gato pela rua toda, mas não encontrei **ele** em lugar nenhum.
c. Procurei o gato pela rua toda, mas não ø encontrei em lugar nenhum.
d. Procurei o gato pela rua toda, mas não encontrei **o gato** em lugar nenhum.

Freire (2005) faz uma comparação entre PB e PE no que se refere ao uso dos clíticos de acusativo e dativo (e suas variantes) na escrita padrão com base no contínuo oralidade-letramento. Apesar de os resultados apontarem que o processo de escolarização consegue recuperar os clíticos no PB, eles estão em clara competição com as variantes encontradas na fala; enquanto que, no PE, eles aparecem como estratégia preferencial. Conforme o autor, o clítico acusativo,

no PE, mostrou-se robusto em todos os pontos do contínuo oralidade-escrita e em qualquer contexto[2].

Porém, ao falar em PE, o autor refere-se apenas às variedades continentais, contudo, Carrilho e Pereira (2011) apontam que as construções sintáticas das variedades insulares se afastam bastante das continentais. Dentro dessa perspectiva, Aveiro e Sousa (2014) e Nóbrega e Coelho (2014) investigaram a variação nos pronomes pessoais na função de objeto direto, numa amostra retirada do *Corpus Sociolinguístico do Funchal* [3]. As variantes encontradas foram: a repetição do sintagma nominal, a anáfora zero, o pronome *lhe,* o pronome pleno *ele* e o clítico, conforme os exemplos de (5) a (9), respectivamente:

(5) "gostava de comprar uma mota_ e os meus pais detestam **[PE padrão: detestam-nas]** *motas* – (FNC-HA1:004)";
(6) faço o jantar *sirvo* ∅ **[PE padrão: sirvo-o]** à família. (FNC11_MA1:010)";
(7) "Levo-**lhe** [**PE padrão:** levo-o] à escola. (FNC11_MA1 006)";
(8) "e depois o marido deixou **ela** [**PE padrão:** deixou-a] e ficou na quinta (FNC11_MC1.1 453)".
(9) a. "(…) jogava-**o** po chão. (FNC11_MA1:032)"
b. "[…] é normal que a seguir prevaleça e **os** corrija de com maior cuidado do que corrija o meu teste. (FNC_MA3.1:101)"

Observamos, desse modo, que as formas encontradas pelos autores se assemelham ao PB. Desataca-se o *lhe* como acusativo de terceira pessoa na variedade madeirense, variação que também foi foco dos estudos de Andrade (2014). Esse uso difere da variedade brasileira da Língua Portuguesa, na qual o pronome *lhe* ocorre fazendo referência à segunda pessoa, variando com *te* e *você*, conforme Menon (1995).

Diante do exposto, procura-se, neste trabalho, analisar o modo como os falantes madeirenses avaliam as estratégias de marcação da função OD, a fim de compreendermos de que forma o português falado na Madeira se distancia

[2] O autor testou como condicionantes linguísticos o antecedente do acusativo anafórico (SN/ oração/ predicativo), a forma verbal (formas simples flexionadas/ formas simples não flexionadas/ formas complexas com tempo), ordem do clítico (próclise a formas simples sem atrator/ próclise a formas simples com atrator/ ênclise a formas simples sem atrator/ ênclise a formas simples com atrator/ próclise ao verbo auxiliar em locuções verbais/ ênclise ao verbo auxiliar em locuções verbais/ próclise ao verbo principal em locuções verbais/ ênclise ao verbo principal em locuções verbais com infinitivo/ ênclise ao infinitivo não integrante de locução verbal/ próclise ao infinitivo regido por preposição/ ênclise ao infinitivo regido por preposição); contexto de ilha semântica (não ilha semântica/ ilha semântica); traço semântico.

[3] Trata-se de um *corpus* cujo início remonta a 2010, no âmbito do Projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias* (*http://www.concordancia.letras.ufrj.br/*). Sobre a descrição do corpus, consultar Bazenga (2014).

do PE continental e se aproxima do PB, no que concerne às características morfossintáticas dos usos dos pronomes pessoais de terceira pessoa na categoria de caso.

3. Escolhas teórico-metodológicas

Este trabalho faz parte do projeto doutoramento em curso de Lorena Rodrigues e analisa um pré-teste de avaliação e perceção de variedades sintáticas do português falado na Madeira. A investigação baseia-se na perspectiva sociolinguística, uma vez que procura estabelecer relações entre variantes e os fatores de controle, linguísticos e extralinguísticos, que contribuíram para a variação pronominal no que se refere à categoria de caso.

Da Sociolinguística Quantitativa, esta pesquisa recorre à noção de envelope de variação, isto é, são traçados, em nosso método, a **variável** "marcação do caso acusativo em 3.ª pessoa no português brasileiro e europeu", a qual correspondem as seguintes formas **variantes**: o clítico *o* (e suas flexões), o pronome do "caso reto" *ele* (e suas flexões) e a anáfora zero. Cada uma dessas variantes será favorecida por determinados contextos, aos quais chamaremos de **fatores controle**.

Levando em consideração este quadro metodológico, foi aplicado um questionário de percepção e avaliação das variantes *o*, *ele*, *lhe* e ϕ. O inquérito consistia de seis perguntas, para as quais havia respostas com as diferentes variantes. Os informantes deveriam atribuir um conceito de 1 a 4 a cada resposta, e em que cada um significava: 1 – Não falo/escrevo desse jeito, porque essa é a forma errada; 2- Uso essa forma na fala e na escrita em contextos informais; 3- Falo dessa forma, mas não escrevo e 4- Essa é forma correta de falar e de escrever, conforme exemplificados a seguir, com as perguntas I e II (Figura 01):

I. Já viste o vestido?					**II. Falaste hoje com o teu primo?**				
A- Comprei na feira	1	2	3	4	A- Sim. Vi na missa.	1	2	3	4
B- Comprei-lhe na feira	1	2	3	4	B- Sim. Vi-lhe na missa.	1	2	3	4
C- Comprei-o na feira	1	2	3	4	C- Sim. Vi-o na missa.	1	2	3	4
D- Comprei ele na feira	1	2	3	4	D. Sim. Vi ele na missa.	1	2	3	4

Figura 01: Questionário de percepção e avaliação aplicado na Universidade da Madeira em 2015 (excerto)

O questionário foi aplicado em Setembro de 2015 a 412 informantes jovens, com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, todos estudantes da Universidade da Madeira. Como fatores de controle linguísticos, foram analisados o traço [±

humano] e gênero do OD, a posição pronominal em relação ao verbo e o tipo da forma verbal (simples ou composta). Como condicionantes extralinguísticas, examinou-se o sexo do informante, o curso ao qual pertencia, e se já tinha vivido fora da ilha.

4. Análise dos dados

Os resultados, alinhados num *contínuo* que vai da forma mais estigmatizada para a menos estigmatizada, são: o pronome pleno *ele*, o clítico *lhe,* a anáfora zero e o clítico *o*. Ao considerar uma forma estigmatizada, levamos em conta a quantidade de vezes que a forma recebeu a conceituação de "Não falo/escrevo desse jeito, porque essa é a forma errada". Neste artigo, trataremos apenas das duas que receberam o maior número de avaliações negativas. Cabe ainda ressaltar que, como foram usadas apenas as diferenças percentuais, apenas são apresentados os fatores condicionantes em que houve uma diferença percentual superior a 1% considerando-se os números inteiros. O gráfico abaixo representa o resultado percentual da avaliação dada a cada uma das variantes *ele* e *lhe*.

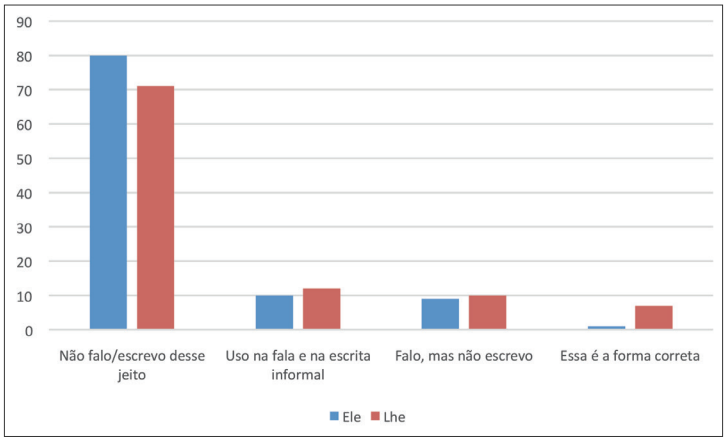

Gráfico 1: avaliação dada ao uso das variantes *ele* e *lhe*

O pronome pessoal do caso reto foi o que recebeu a valoração mais negativa entre as quatro variantes. Dessa forma, nas frases analisadas, o pronome *ele* foi considerado como forma errada em 81% dos casos, enquanto que apenas em 1% das avaliações dadas pelos inqueridos tenha sido reconhecido como a variante correta de uso, na fala e na escrita.

Observemos que em 19% das avaliações dos alunos entrevistados é admitido o uso desta variante, sendo que, em 10% dos casos, em contextos mais informais de fala ou de escrita e, em 9% dos casos, como sendo uma variante adequada

apenas na fala. Os números chamam a atenção, ao consideramos que todos os nossos inqueridos são universitários portugueses, isto é, e que integram a classe com o maior nível de letramento da sociedade madeirense.

Destacamos ainda que, das frases analisadas, "Sim. Vi ele na missa", associada à pergunta II – Falaste hoje com o teu primo?, foi a que mais foi considerada como certa. Esse fato chamou atenção, porque na variedade brasileira, o uso do pronome pleno é rejeitado com os verbos *ver* e *amar*, devido à cacofonia.

A segunda variante com maior número de avaliações negativas foi o pronome clítico *lhe*. Os dados mostram que 29% dos universitários afirmam usar esta forma em variação com o clítico de terceira pessoa. E, desse número, 7% vê essa forma como a mais correta, valor bastante alto, se compararmos com a variante *ele*.

Um outro ponto relevante dos nossos dados é que, se os compararmos com os obtidos por Andrade (2014), há uma diferença de perceção e avaliação, pois, nos testes feitos por esta autora, *lhe* foi considerada a forma mais estigmatizada. Nossa hipótese é de que esses valores são diferentes porque investigamos apenas jovens universitários que, por seu alto nível de escolaridade, rejeitam mais a forma *ele*, mais marcada socialmente por ser a forma de uso associada a falantes menos escolarizados.

Dos fatores controlados, destacaram-se o traço semântico e o tipo da forma verbal, que apresentaram uma grande variação percentual entre as avaliações positivas. Além desses dois grupos, o pronome *ele* foi mais aceite por estudantes que moraram fora da Ilha. Já o uso do pronome *lhe* foi admitido por um maior número de estudantes do sexo masculino.

4.1. Traço semântico do objeto direto

A tabela 01 representa, em percentual, a avaliação dada por nossos informantes ao isolarmos o fator linguístico traço semântico do OD.

Avaliação	[+ HUMANO]		[- HUMANO]	
	Ele	***Lhe***	***Ele***	***Lhe***
1.Não falo/escrevo desse jeito	78%	62%	83%	89%
2.Uso na fala e na escrita informal	11%	13%	9%	5%
3.Falo, mas não escrevo	10%	15%	7%	4%
4.Essa é a forma correta	1%	10%	1%	2%

Tabela 01: avaliação das variantes *ele* e *lhe* em relação ao traço semântico [humano] do OD

O uso de *ele* entre os nossos sujeitos passa a ser admitido em 22% das avaliações quanto se refere a objetos diretos com o traço [+ humano], já com o traço

[- humano] esse valor cai para 5%. Notamos ainda uma variação percentual nesse fator de controle quando se trata especificamente dos usos em contextos mais informais e na relação fala / escrita, isto é, valores apreciativos de tipo 1 e 2.

Ao testarmos esse fator condicionante, estabelecemos uma relação entre o traço semântico e os verbos ativos, conforme classificação de Garcia (2004), uma vez que os verbos usados com as variantes nos testes foram *ver*, *arrumar, amar, comprar* e *ajudar.* Essa escolha deve-se ao fato de que apenas a primeira e a segunda pessoas estão diretamente ligadas ao traço [+ humano], fato que enfraqueceria o uso do clítico de terceira pessoa. Através deste teste, buscamos fundamentar a nossa hipótese de que o pronome pleno *ele/ela* recupera esse traço por conta de suas características próprias de sujeito.

Semelhante ao ocorrido com os dados com a variante *ele*, foram identificados pelos informantes o uso do pronome *lhe* mais amplo no contexto das perguntas II, IV e VI. Em estudos que têm por foco o PB, Kato (1993) e Nunes (1993) apontam que, pelo clítico *o* ter perdido suas características fonológicas, ao mudar-se de ênclise para a próclise. Neste processo, houve a criação de um vocábulo fonético não acentuado, causando uma erosão no sistema, passando as demais formas pronominais e a anáfora zero a concorrer com o clítico *o*.

Nesse contexto, o clítico dativo *lhe* teria alargado seu domínio, variando com *te* acusativo nas variedades do PB que não usam mais o pronome *tu*, e com o clítico *o* nas variedades que ainda mantêm a oposição *tu/você*, mantendo o seu traço [+ humano] (Camargo Jr, 2007, p. 24).

No caso do português falado na Madeira, acreditamos que a variação ocorra ainda na terceira pessoa, por não ter havido a mudança na ordem dos pronomes, como no Brasil. Nossa hipótese é que o pronome *lhe*, ao ser usado como objeto direto, recupere o traço [+ humano] ao concorrer diretamente com *ele*, o qual, conforme dissemos anteriormente, com verbos ativos, remeteria para as características de um sujeito agente, função prototípica do pronome pleno.

4.2. Tipo da forma verbal

A testagem de uso de formas simples ou compostas do verbo decorre da hipótese de que a forma composta beneficiaria o clítico, enquanto que o pronome pleno seria favorecido pelo uso de forma simples, uma vez que tem, de acordo com a prescrição, uma posição fixa posterior ao verbo em certos contextos. Em outras palavras, o pronome pleno teria uma forte marcação por estar sempre após o verbo, fato que demandaria uma maior complexidade cognitiva no processamento de formas verbais compostas.

Dessa forma, ao testarmos o tipo da forma verbal, tínhamos como hipótese que as formas verbais compostas favoreceriam os pronomes clíticos, como ocorreu com o *lhe*. A nossa suposição partia do princípio de que, na escola, ao estudar-se os pronomes pessoais em perspectiva morfossintática, a GT não prevê novos usos com perífrases que ganham espaço em concorrência com os verbos simples.

Avaliação	F. VERBAL SIMPLES		F. VERBAL COMPOSTA	
	Ele	***Lhe***	***Ele***	***Lhe***
1.Não falo/escrevo desse jeito	79%	79%	85%	56%
2.Uso na fala e na escrita informal	11%	8%	7%	15%
3.Falo, mas não escrevo	9%	9%	7%	16%
4.Essa é a forma correta	1%	4%	1%	13%

Tabela 02: avaliação das variantes *ele* e *lhe* em relação ao tipo da forma verbal

Neste pré-teste, o uso da perífrase marcadora de futuro formada por *ir* + *infinitivo* consta de três opões de respostas à assertiva **VI – Pedro está muito aflito com os exames**. Em cada situação o *lhe* aparece em uma posição diferente da perífrase, a saber: 1) *Não te preocupes, eu lhe vou ajuda*r; 2) *Não te preocupes, eu vou lhe ajudar*; 3) *Não te preocupes, eu vou ajudar-lhe*. Todas com alto nível de aceitação entre os inqueridos.

Acreditamos que o elevado grau de aceitação positiva, tal como se observa na Tabela 02, deva-se ao fato de que a perífrase é uma forma inovadora e não estigmatizada no domínio funcional de marcação de tempo futuro e, apesar do amplo uso na fala e na escrita, não incide sobre ela a ação escolar para uma norma específica. Assim, o falante incorpora, de forma inconsciente, novos usos pronominais relacionados a ela. De modo a testar esta hipótese, pretendemos observar num trabalho posterior se o uso do *lhe* ocorrerá com outras perífrases estigmatizadas, como as gerundivas, por exemplo.

4.3. *Ele* e a variável social "permanência na Ilha"

A tabela abaixo mostra um maior nível de aceitação do pronome *ele* usado como objeto direto em falantes que já viveram fora da Ilha. Um quarto das sentenças analisadas mostra que os estudantes que viveram fora da Ilha usam essa variante.

Avaliação	PERMANÊNCIA	NÃO PERMANÊNCIA
1.Não falo/escrevo desse jeito	83%	75%
2.Uso na fala e na escrita informal	9%	12%
3.Falo, mas não escrevo	7%	12%
4.Essa é a forma correta	1%	1%

Tabela 03: avaliação da variante *ele* em relação à permanência na Ilha

Apesar de não ter sido controlado o local onde esses alunos viveram, ao retornarmos aos questionários, não observamos diferenças numéricas, uma vez que os estudantes que avaliaram positivamente o uso de *ele* como acusativo viveram nos mais diversos lugares, inclusive em países não lusófonos.

Por não haver diferença linguística no que se refere ao gênero dos inqueridos, na sua grande maioria jovens, os resultados dessa variante nos levam a investigar se o seu uso estará ligado à idade e ao nível de escolaridade dos falantes. Contudo, nesta fase da investigação, já se pode afirmar que esse uso não pode ser simplesmente chamado de "brasileirismo", como dizem a Gramática Normativa e os teóricos mais puristas.

4.3. *Lhe* e a variável social gênero

Atendendo à variável social gênero do informante, os números presentes na **Tabela 04**, a seguir, mostram que é positiva, em 32% dos casos, a avaliação do pronome *lhe* feita por informantes do sexo masculino. Destes, 12% são referentes a julgamentos que apenas consideram a forma em contextos informais de fala e de escrita, valor percentual igual à quantidade de casos que admitem o uso apenas na fala, enquanto que em 8% das avaliações masculinas percebem essa forma como a correta. Já na valoração atribuída pelas mulheres, a aceitação da variante foi bem menor em relação aos resultados masculinos, porém cabe destacar que, na avaliação feminina, a segunda maior frequência de aceitação foi para o uso apenas na fala.

Avaliação	MASCULINO	FEMININO
1.Não falo/escrevo desse jeito	68%	75%
2.Uso na fala e na escrita informal	12%	9%
3.Falo, mas não escrevo	12%	10%
4.Essa é a forma correta	8%	6%

Tabela 04: avaliação da variante *lhe* em relação ao gênero do informante

Esses números vão ao encontro da premissa laboviana segundo a qual as mulheres apenas comandam a mudança linguística se a variante inovadora gozar de prestígio social, o que não é o caso do pronome *lhe*. Esse fato está intimamente ligado às questões de gênero, pois as mulheres lutam em vários aspectos para se firmarem perante a sociedade e, assim sendo, evitam, em seu discurso, estruturas linguísticas estereotipadas.

Chamamos a atenção para as pesquisas de Bazenga (2012) e de Andrade (2014), nas quais as mulheres madeirenses apresentam-se fazendo uso de variantes estigmatizadas. Ambas as autoras relacionam isso ao papel feminino nessa sociedade, caracterizada por um mais baixo nível de escolarização e menor destaque profissional. Ressaltamos, contudo, que as nossas informantes são jovens universitárias, o que explicaria esta diferença e a aproximação com as ideias de Labov, isto é, se está acontecendo uma mudança social ligada ao sexo, essa mudança também se reflete na questão linguística.

5. Considerações finais

Face aos estudos já realizados e da pesquisa por nós realizada sobre o sistema pronominal do português falado na Madeira, no que tange à categoria caso na terceira pessoa do singular, observamos um quadro de mudança linguística em progresso, o qual se aproxima do que ocorre no Português falado no Brasil e se distancia das variedades do PE continental.

De acordo com os nossos dados perceptivos, que apontam as propriedades linguísticas do OD como sendo as que condicionam a não distinção de formas entre nominativo, acusativo e dativo, na terceira pessoa, podemos indagar se o sistema pronominal do português estaria passando de causal para assumir um caráter referencial, conforme Ramos (1999) defendia em sua tese para o escopo dos pronomes *ele* e *lhe* no português falado no Nordeste do Brasil.

No que se refere especificamente ao pronome *lhe* madeirense, convém destacar a diferença de uso em relação ao PB, uma vez que neste, na função acusativo, é usado como forma de segunda pessoa, enquanto naquela a variação ocorre na terceira pessoa, semelhante ao que se observa em variedades africanas do Português, conforme aponta Gonçalves (2015).

Diante desse panorama, propomos uma reflexão em torno do fato de que fatores cognitivos e culturais (Labov, 2010) poderiam estar no centro dessas mudanças, uma vez que ocorrem de modo semelhante em diversas variedades geográficas do português pós-colonial.

Referências bibliográficas

Andrade, C. G. G. (2014). *Crenças, Perceção e Atitudes Linguísticas de Falantes Madeirenses* (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais). UMa, Funchal.

Aveiro, M. A. F. T. & Sousa, P.A.F.S. (2014). Emprego do objeto direto nos falares madeirenses. *Gramática de Pluralidades* (disciplina do Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais). Universidade da Madeira.

Bagno, M. (2013). *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

Bazenga, A. (2011). Aspectos do português falado no Funchal e Variedades do Português. *III SIMELP (Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa)*. Macau: Universidade de Macau. Disponível em: <https://www.academia.edu/11320495/Aspectos_do_portugu%C3%AAs_falado_no_Funchal_e_Variedades_do_Portugu%C3%AAs_ >.

Bazenga, A. (2012). Variation in subject-verb agreement in an insular dialect of European Portuguese. In Rudolf Muhr (Ed.), *Non-dominating Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture. In memory of Prof. Michael Clyne* (pp. 335-356). Wien: Peter Lang.

Bazenga, A. (2014). Corpus of Madeira Island, a Spoken Variety of European Portuguese, *CILC06 (6th International Conference on Corpus Linguistic)*. Las Palmas; Universidad Las Palmas de Gran Canaria de Espanha. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/273203396_Corpus_of_Madeira_island_A_Spoken_Variety_of_European_Portuguese_Linguistic_Universidad_de_Las_Palmas_de_Gran_Canaria_Spain_May_2014>.

Bechara, E. (2004). *Moderna gramática portuguesa* (37.ª ed. rev. e ampl.). São Paulo: Lucerna.

Camargo JR, A.R. (2007). *A realização do objeto direto em referência ao interlocutor* (Dissertação de mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). USP.

Carrilho, Ernestina & Pereira, Sandra (2011). Sobre a distribuição geográfica de construções sintácticas não-padrão em português europeu. In *XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Anais).* (pp. 125-139). Lisboa, APL.

Cintra, L. F. L. (1971). Nova proposta de classificação dos dialectos galego--Portugueses. *Boletim de Filologia*, 22, 81-116.

Freire, G. C. (2005). *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana* (Tese de Doutorado em Língua Portuguesa). UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro.

Garcia, A. S. (2004). Uma tipologia semântica do verbo. *Soletras*. IV (08). São Gonçalo: UFRJ.

Gonçalves, P. (2015). O português em África. In Raposo, E. B. P. et al. (Orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Kato, M.A. (1993). The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. In W.Ashby, M.Mithun, G.Perissinoto & E. Raposo (Eds.), *Linguistic Perspectives on the Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages (Currents Issues in Linguistic Theory Series)*. (pp. 225-235). Amsterdam: John Benjamins.

Labov, W. (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: U of Pennsylvania Press.

Labov, W. (1994). Principles of linguistic change: Internal factors. Cambrigde, MA: Blackwell.

Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.

Labov, W. (2001). *Principles of linguistic change: social factors.* Oxford: Blackwell.

Labov, W. (2008). Transmission and diffusion. *Language*, 83 (2), 344-87.

Labov, W. (2010). *Principles of Linguistic change* (Vol. III: Cognitive and Cultural Factors). Oxford: Wiley Blackwell.

Menon, O. P. S. (1995). O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras*. Curitiba, Editora da UFPR, 44, 91-106.

Nóbrega, A. & Coelho, E. (2014). As particularidades do objeto direto na variedade madeirense do português. *Gramática de Pluralidades* (disciplina do Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais). Universidade da Madeira, Funchal.

Nunes, J. (1993). Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In Roberts & Kato (Orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica* (pp. 207-222). Campinas: Editora da Unicamp.

Ramos, C. de M. A. (1999). *O clítico de 3.ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular* (Tese de doutorado em linguística). Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Rocha Lima, C. H. (2005). *Gramática normativa da língua portuguesa* (48. ed. rev.). Rio de Janeiro: José Olympio.

Vianna, J. B. de S. (2011). *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português* (Tese de Doutoramento). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Weinreich, U., Labov, W. & Herzog, M. (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In W. Lehmann & Y. Malkiel (Eds.), *Directions for historical linguistics* (pp. 97-195). Austin: University of Texas Press.